

PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE
PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES DO
CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA OS
SEM-ABRIGO- COVID 19

CADERNO DE ENCARGOS

Proc.º 139/DCOP/AG/2020

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1ª - Objeto	4
Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual.....	4
Cláusula 3ª - Disposições e Cláusulas por que se rege o fornecimento	4
Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	4
Secção I - Obrigações do adjudicatário.....	4
Cláusula 4.ª - Fornecimento	5
Cláusula 5ª - Prazo do fornecimento	5
Cláusula 6ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário	5
Cláusula 7ª - Responsabilidade	5
Cláusula 8ª - Objeto do dever de sigilo	6
Cláusula 9ª - Prazo do dever de sigilo	6
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais.....	6
Cláusula 10ª -Gestor do Contrato	6
Cláusula 11ª - Preço contratual	6
Cláusula 12ª - Preço base.....	7
Cláusula 13ª - Condições de pagamento.....	7
Cláusula 14ª – Adiantamentos	7
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....	7
Cláusula 15ª - Penalidades contratuais.....	7
Cláusula 16ª - Resolução por parte da Câmara Municipal.....	8
Cláusula 17ª - Resolução por parte do adjudicatário	9
Cláusula 18ª - Força maior	9
Capítulo IV - Resolução de litígios.....	10

Cláusula 19ª - Foro competente	10
Capítulo V - Disposições finais	10
Cláusula 20ª - Publicidade	10
Cláusula 21ª - Comunicações e notificações	10
Cláusula 22ª - Contagem dos prazos	10
Cláusula 23ª - Legislação aplicável	10
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	11
Cláusula 24ª - Especificações técnicas	11

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços para elaboração de projetos de arquitetura e especialidades do Centro de Acolhimento temporário para os Sem-abrigo- COVID 19.

Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual

1. Quando aplicável o adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto no artigo 316º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.

Cláusula 3ª - Disposições e Cláusulas por que se rege o fornecimento

1. O contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Cláusula 4.ª - Fornecimento

1. O adjudicatário obriga-se a fornecer os bens objeto do contrato, com as características e qualidade definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
2. A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pela entidade adjudicante que não apresentem a qualidade e características técnicas exigidas.

Cláusula 5ª - Prazo do fornecimento

O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser executado no período máximo de 10 dias, com início na data da adjudicação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, e de acordo com o seguinte planeamento:

- Programa Base: prazo máximo de execução de 1 dia corrido após a adjudicação
- Estudo Prévio: prazo máximo corrido de execução de 2 dias corridos após entrega de programa base
- Projeto de Execução: prazo máximo de execução de 7 dias corridos após entrega do Estudo Prévio

Cláusula 6ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário

1. Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento da prestação do serviço, deve ser de imediato comunicada ao serviço competente (GPAI) através do gestor do contrato conforme cláusula 10ª deste caderno.
2. Ao gestor do contrato caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal do fornecimento.

Cláusula 7ª - Responsabilidade

1. O adjudicatário assume integral responsabilidade pelo fornecimento dos bens, sendo o único responsável perante a CMC, pela boa execução e cumprimento da mesma.
2. O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões no fornecimento dos bens, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela CMC.
3. Em qualquer altura e logo que solicitado pela CMC, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
4. As ações de supervisão e controlo da CMC em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere ao fornecimento dos bens.

Cláusula 8ª - Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CMC, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais

Cláusula 10ª - Gestor do Contrato

Será designado o gestor do contrato para acompanhar a execução do mesmo.

Cláusula 11ª - Preço contratual

1. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CMC deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CMC.
3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:
 - a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega;
 - b) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - c) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
 - d) Encargos com telecomunicações e correios;
 - e) Tradução de documentos;
 - f) Reprodução de documentos;
 - g) Equipamento e consumíveis de escritório.

4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.

Cláusula 12ª - Preço base

1. O preço base para a totalidade do fornecimento é de € 67.000,00.
2. Os valores indicados não incluem o Imposto sobre Valor Acrescentado.
3. O preço base atrás mencionado foi definido tendo em conta os preços médios praticados no mercado para prestações do mesmo tipo.

Cláusula 13ª - Condições de pagamento

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 48 horas após a entrega das respetivas faturas, as quais são emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e da requisição externa.
2. Os pagamentos serão efetuados parcelarmente, de acordo com a seguinte calendarização:
 - 1ª Prestação- Corresponde a 30% do custo global, a vencer com a entrega do estudo prévio;
 - 2ª Prestação- Corresponde a 50% do custo global, a vencer com a entrega do projeto de execução;
 - 3ª Prestação- Corresponde a 5% do custo global, a vencer com a prestação da assistência técnica à obra.
 - 4ª Prestação- Corresponde a 15% do custo global, a vencer com a instrução do processo de Licenciamento

Cláusula 14ª – Adiantamentos

No âmbito do presente procedimento pode haver lugar a adiantamentos nos termos do n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 15ª - Penalidades contratuais

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato pelo não cumprimento pontual das obrigações emergentes do contrato, a CMC pode exigir do adjudicatário, o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. O valor acumulado das sanções eventualmente aplicadas ao abrigo da presente cláusula não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato, prevista na cláusula seguinte.

3. Caso seja atingido o limite previsto no número anterior e a CMC decida não proceder à resolução do contrato por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% do preço contratual.
4. A cobrança das eventuais sanções em que o Adjudicatário incorra, poderá ser efetuada, a critério da CMC, por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16ª - Resolução por parte da Câmara Municipal

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a CMC pode resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.
2. No caso previsto no número anterior, a CMC pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato, não podendo, no entanto o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.
4. Considera-se incumprimento definitivo do contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CMC não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.

8. A CMC, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Cláusula 17ª - Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º (ex vi artigo 451.º) do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. No caso previsto no ponto 2 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

Cláusula 18ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou às de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 19ª - Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições finais

Cláusula 20ª - Publicidade

O adjudicatário não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da CMC.

Cláusula 21ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito, nos termos definidos no número anterior, à outra parte.

Cláusula 22ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 24ª - Especificações técnicas

INTRODUÇÃO

- a. As presentes cláusulas técnicas referem-se à elaboração do projeto de arquitetura e especialidades e de coordenação de segurança em obra do Centro de Acolhimento Temporário aos sem-Abrigo no âmbito da situação de Pandemia de 2020. O edifício será construído num terreno municipal localizado junto ao Bairro da Adroana – Cascais.
- b. Do projeto de arquitetura e especialidades farão parte as seguintes fases: programa base, estudo prévio, projeto de execução e assistência técnica à obra, sem prejuízo do adjudicatário proceder posteriormente à instrução do processo de licenciamento. Faz ainda parte deste procedimento a coordenação e segurança em obra.
- c. Nos programas preliminares que integram estas cláusulas técnicas, está o programa a prever no edifício e as especificidades a considerar no desenvolvimento do projeto.
- d. No desenvolvimento e execução dos projetos deverão ser considerados materiais e soluções de construção rápida, que permitam dar uma resposta urgente à situação de pandemia que se vive atualmente.

PROGRAMA PRELIMINAR

Características e Localização do edifício

- a. O edifício que irá albergar o futuro Centro de Acolhimento Temporário aos sem-Abrigo localiza-se na Rua Luís de Camões junto ao Bairro da Adroana – Cascais e insere-se num lote de aproximadamente 942.00m².
- b. O lote está inserido no alvará de loteamento nº 1290, com a designação de lote 2, está delimitado a sul pela Rua Luís de Camões (onde se localiza o acesso automóvel ao interior do mesmo) e a norte por terrenos privados com habitação. Assim as áreas a considerar para a construção do Edifício- situação de pandemia 2020, são as seguintes:
 - Área do lote- 942.00m²
 - Área de implantação máxima – 300.00m²
 - Área de construção máxima – 600.00m²
- c. As soluções de projeto terão de cumprir com todos os requisitos adequados, cumprindo a legislação e regulamentos aplicáveis, permitindo uma boa utilização de todo o espaço, aliado a uma funcionalidade exemplar com a melhor integração e articulação com a estrutura urbana em que se insere.
- d. O Edifício deverá desenvolver-se em dois pisos e o Programa a considerar para efeitos de desenvolvimento do projeto deverá ser o seguinte:
 - No exterior
 - Existirá um gatil/canil

- Cacifos para guardar os bens dos Sem-Abrigo com acesso aos balneários e lavandaria (tudo com acesso pelo exterior)
- No piso 0
 - Portaria
 - 2 Camaratas com capacidade para 11 (onze) utentes
 - 1 Balneário com acesso pelo interior
 - 1 Balneário com acesso pelo exterior
 - 1 Instalação sanitária adaptada a pessoas com mobilidade condicionada
 - 1 Instalação sanitária para o pessoal técnico
 - Lavandaria com acesso pelo exterior
 - Copa
 - Sala de refeições
 - Área Social
 - Áreas Técnicas
- No Piso 1
 - 1 Camarata com capacidade para 11 (onze) utentes
 - 4 Quartos com instalação sanitária privativa (com capacidade para um casal mais um filho)
 - Balneários
 - 1 Quarto para o pessoal técnico
 - 2 Gabinete de atendimento com instalação sanitária
 - Zona de estar
- e. Os espaços a desenvolver deverão estar dentro do enquadramento legal e as instalações deverão observar as condicionantes e exigências da arquitetura, e especialidades que os compõem, tais como estruturas, alimentações e distribuições elétricas, telecomunicações, drenagens, redes de águas e esgotos, comportamentos acústicos e térmicos, segurança contra incêndios e acessibilidades.
- f. No que diz respeito aos materiais e acabamentos, deverão escolher-se os de melhor qualidade e durabilidade em ambientes que sejam expectáveis índices de uso mais elevados.
- g. Deverá ter-se em atenção os custos de manutenção associados a determinadas opções técnicas e construtivas, optando, sempre que possível, por soluções de maior grau de sustentabilidade, de forma a assegurar a manutenção do conjunto construído.

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

- a. O presente procedimento refere-se à elaboração do levantamento topográfico do lote, projeto de arquitetura e especialidades nas suas fases de programa base, estudo prévio, projeto de execução e assistência técnica à obra, sem prejuízo do adjudicatário proceder posteriormente à instrução do processo de licenciamento.

- b. A entrega de cada fase deverá ser formalizada pelos elementos definidos na Portaria nº 701-H/2008, de 29 de Julho.
- c. O levantamento topográfico, projeto de arquitetura e especialidades deverá ser acompanhado do respetivo termo de responsabilidade, com cópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão e Declaração da Ordem ou Associação profissional do técnico responsável.
- d. O projeto deverá partir de uma análise às condições existentes no local que, em conjunto com o presente programa preliminar, determina os princípios e as características espaciais e materiais da edificação que se pretende levar a cabo.
- e. No desenvolvimento do projeto, deverá optar-se por soluções que permitam a máxima rapidez de construção, nomeadamente a estrutura, cobertura, revestimento de fachadas, etc. deverão ainda ser tidos em conta os custos de manutenção associados às opções técnicas e construtivas selecionadas, optando, sempre que possível, por soluções de maior grau de sustentabilidade, de forma a assegurar a capacidade de manutenção do conjunto construído por parte dos serviços municipais e a redução de custos para o município, durante a vida útil do edifício.

CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA PROJETISTA

- a. A equipa projetista deve ter como coordenador um arquiteto com inscrição efetiva na ordem dos Arquitetos
- b. Paralelamente ao levantamento topográfico, realizado por um técnico credenciado, a equipa projetista deve ser constituída, para além do coordenador, pelos técnicos autores que assegurem o projeto de arquitetura e de todas as especialidades necessárias à elaboração do projeto, e que tenham inscrições efetivas ativas nas respetivas Ordens ou Associações profissionais:
 - Levantamento topográfico
 - Coordenação de projetos
 - Projeto de arquitetura
 - Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica
 - Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica
 - Projeto de redes prediais de águas e esgotos
 - Projeto de águas pluviais
 - Projeto de dados e de telecomunicações (ITED)
 - Projeto de comportamento térmico com pré-certificado
 - Projeto de segurança contra o risco de incêndios (SCIE)
 - Projeto de segurança integrada
 - Projeto de sistema energético de climatização em edifícios
 - Projeto acústico
 - Plano de segurança e saúde em fase de projeto, nos termos do Decreto-Lei nº273/2003, de 29 de Outubro
 - Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (PPGRCD)
 - Projeto de Arranjos Exteriores

LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO

- a. O levantamento topográfico do lote deverá ser apresentado à escala 1/200, georreferenciado ao ETRS89 e elaborado de acordo com as normas técnicas constantes no anexo VIII do Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Cascais (RUEMC).

COORDENAÇÃO DE PROJECTOS

- a. A coordenação das atividades dos intervenientes no projeto tem como objetivo a integração das suas diferentes partes num conjunto harmónico, de fácil interpretação e capaz de fornecer todos os elementos necessários à execução da obra, garantindo a adequada articulação da equipa de projeto, em função das características da obra e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade, bem como a relação com o dono ou o seu representante.

PROJECTO DE ESTABILIDADE, ESCAVAÇÃO E CONTENÇÃO PRERIFERICA

- a. O projeto deverá compreender o dimensionamento da estrutura do edifício, incluindo elementos metálicos e elementos em betão armado para lajes, fundações, caves, muros de suporte, etc
- b. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos.

PROJECTO DE ALIMENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELECTRICA

- a. As instalações elétricas referem-se a redes de cabos, tubos e esquemas para iluminação geral e o seu comando manual e automático, tomadas gerais e socorridas, localização dos pontos de utilização de energia elétrica, divisão em circuitos, carga de cada circuito, carga total, iluminação de segurança e sinalização, esquemas de quadros elétricos, etc.
- b. O projeto a realizar compreende a previsão escrita e desenhada da instalação elétrica.
- c. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos. Deverá incluir a ficha eletrotécnica.

PROJECTO DE REDES PREDIAIS DE AGUAS E ESGOTOS

➤ Projeto de redes prediais de águas

- a. O projeto a realizar compreende a previsão escrita e desenhada da instalação das redes prediais de águas e esgotos, e deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, bem como as especificações técnicas das Águas de Cascais.

➤ Projeto de redes prediais de esgoto

- b. O dimensionamento será efetuado com base no decreto regulamentar nº23/95 – regulamento geral dos sistemas públicos e de drenagem de águas, serão encaminhados para a rede existente.

- c. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim com as disposições mencionadas no presente caderno de encargos.

PROJECTO DE AGUAS PLUVIAIS

- a. As águas pluviais serão encaminhadas para a rede existente.
- b. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos.

PROJECTO DE ARRANJO EXTERIORES

- a. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos.

PROJECTO DE DADOS E DE TELECOMUNICAÇÕES (ITED)

- b. O projeto a realizar refere-se às instalações telefónicas e de telecomunicações (ITED), respeitando o projeto de arquitetura e deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos.

ESTUDO DE COMPORTAMENTO TERMICO

- a. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos. Deverá ainda incluir a declaração de conformidade regulamentar subscrita por perito qualificado no âmbito do SCIE.

PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA RISCO DE INCENDIOS EM EDIFICIOS (SCIE)

- a. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos. Deverá ainda incluir a ficha de segurança contra incêndios

PROJECTO DE SEGURANÇA INTEGRADA

- a. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis, normas e notas técnicas em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei 224/15 de 9 de Outubro e respetivas portarias, PT1532/08 e o despacho 2074/09 referentes ao Regulamento Técnico e densidade de carga de incendio, respetivamente.
- b. O espaço deverá ser dotado de medidas de organização e gestão de segurança, designadas por medidas de autoproteção.
- c. Deverá o prestador de serviços no final da obra elaborar Plano de segurança interno com um conjunto de medidas de autoproteção (organização e procedimentos) tendentes a evitar a ocorrência de incendio e a limitar as suas consequências.
- d. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor.

PROJECTO DO SISTEMA ENERGÉTICO DE CLIMATIZAÇÃO EM EDIFÍCIOS

- a. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos. Deverá ainda incluir a declaração de conformidade regulamentar/ ficha sumário da situação do edifício

PROJETO ACUSTICO

- a. O projeto a realizar deverá cumprir as disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos.

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE EM FASE DE PROJETO

- a. Deverá ser desenvolvido nos termos do Decreto-Lei nº273/2003, de 29 de Outubro e restantes disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos.

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (PPGRCD)

- a. Deverá ser desenvolvido nos termos do Decreto -Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, decreto-Lei nº46/2008 de 12 de Março e Portaria bº 417/2008 de 11 de Junho e restantes disposições regulamentares aplicáveis e normas em vigor, assim como as disposições mencionadas no presente caderno de encargos.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- a. A proposta deverá dar resposta às condições previstas no programa preliminar onde se descrevem os objetivos, natureza e condicionamentos do projeto.

PROGRAMA BASE

- a. De acordo com a Portaria nº701-H/2008, de 29 de Julho, em fase de programa base, deverão ser desenvolvidas as soluções propostas no programa preliminar, e aquele deve ser constituído por vários elementos informativos, de modo a possibilitar ao dono da obra a compressão clara da solução proposta. Deverá conter, entre outros elementos:
 - Peças escritas e desenhadas necessárias para o perfeito esclarecimento do programa base, incluindo as que se justifiquem para definir as alternativas de solução propostas pelo projetista e avaliar a sua viabilidade, em função das condições, técnicas, de custos e de prazos.
 - Representação gráfica de interdependência das funções e das atividades dos utentes.

ESTUDO PREVIO

- a. De acordo com a portaria nº 701-H/2008, de 29 de Julho, em fase de estudo prévio, deverão ser desenvolvidas as soluções definidas no programa base, devendo ser constituído por peças escritas e desenhadas e por outros elementos informativos, de modo a possibilitar ao dono da obra a fácil compreensão da solução proposta. Deverá conter, entre outros elementos:
- Memória descritiva e justificativa
 - Elementos gráficos elucidativos sob a forma de plantas, cortes, alçados, entre outros elementos, em escala apropriada, nomeadamente:
 - Implantação do edifício, efetuada sobre a planta topográfica a escala adequada, a fornecer pelo dono da obra;
 - Organização dos espaços e interdependências de áreas e volumes que explicitem as inter-relações das partes componentes e destas com o conjunto do edifício;
 - Compartimentação genérica do edifício, com indicação da forma como são solucionados os sistemas de comunicações e de circulações estabelecidos no programa base.

PROJECTO DE EXECUÇÃO

- a. De acordo com a portaria nº 701-H/2008, de 29 de Julho, em fase de projeto de execução, deverão ser desenvolvidas as soluções do anteprojecto aprovado, sendo constituído por um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável. Deverá conter, entre outros elementos:
- Memoria descritiva e justificativa, incluindo a disposição e descrição geral da obra, evidenciando quando aplicável a justificação da implantação da obra e da sua integração nos condicionamentos locais existentes ou planeados; indicação das características dos materiais, dos elementos da construção, etc;
 - Medições e mapas de quantidades de trabalhos, dando a indicação da natureza e da quantidade dos trabalhos necessários para a execução da obra;
 - Orçamento baseado nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;
 - Peças desenhadas às escalas convenientes e outros elementos gráficos, nomeadamente:
- b. A planta geral do edifício e do conjunto em que se insere, perfis longitudinais e transversais, e outras peças desenhadas a escalas adequadas a cada caso, que representem as informações relativas à execução de todos os trabalhos exteriores do edifício, nomeadamente:
- Plantas cotadas de cada piso, pelo menos à escala 1:100, em que sejam indicadas:
 - A compartimentação e as respetivas dimensões;
 - A localização e as dimensões dos diversos elementos de construção, nomeadamente escadas, ascensores, portas, janelas, varandas, envidraçados, instalações sanitárias e outros necessários à definição do edifício e da execução da obra;
 - Cortes gerais do edifício, pelo menos à escala 1:100;
 - Alçados do edifício, pelo menos à escala 1:100;

- Corte de pormenorização, em escala adequada, que indique os aspetos construtivos de maior interesse para a execução da obra;
- Outras representações necessárias á definição da construção e à execução das obras.

ASSISTENCIA TECNICA

- a. De acordo com a portaria nº 701-H/2008, de 29 de Julho, em fase de assistência técnica, deverão ser prestados os esclarecimentos necessários 'compreensão do projeto, através da produção de documentação escrita e desenhada adicional. Num primeiro momento, a assistência técnica ocorre desde a fase do procedimento de formação do contrato até à adjudicação da obra, e num segundo momento, durante a execução de obra.
- b. Deverá consistir, entre outros aspetos:
 - Na fase de procedimento de formação do contrato, e até à adjudicação da obra:
 - Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada ou fornecimento;
 - Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermedio do Dono de Obra;
 - Durante a execução da obra:
 - Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessárias à respetiva correção;
 - Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou Dono de obra
 - Proceder, concluída a execução da obra, à elaboração das Telas Finais a ela respeitantes, verificando a conformidade das mesmas com o projeto de execução e das eventuais alterações nele introduzidas.

ELEMENTOS A APRESENTAR

- a. A entrega de cada uma das fases do projeto deverá ser formalizada através de:
 - Um conjunto completo em suporte papel em formato A4 das peças escritas e desenhadas de cada projeto. As peças desenhadas poderão ser apresentadas noutros formatos (A3, A2, A1 e A0), desde que dobrados sob o formato final A4;
 - Uma cópia em formato digital editável e em formato digital não editável de todas as peças escritas e desenhadas. No caso de peças desenhadas em ficheiros DWG e DWFx (assinado digitalmente) compatível com autocad 2011 e PDF/A (assinado digitalmente) e no caso das peças escritas em ficheiros word, Excel e PDF/A (assinado digitalmente). Os mapas de trabalhos, medições e orçamento, deverão ser apresentados em ficheiro excel editável;
 - O projeto de arquitetura deverá ser acompanhado do respetivo termo de responsabilidade/ declaração do técnico interveniente, declarando o cumprimento das normas legais e

regulamentares aplicáveis, acompanhando com cópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de cidadão e declaração da Ordem ou Associação profissional;

- As cópias em papel e as cópias em formato digital dos projetos, deverão ser entregues na seguinte morada:

Camara Municipal de Cascais

Edifício Cascais Center

Rua Manuel Joaquim Avelar nº118 Piso 1 /DAPA

2750-421 Cascais

NORMAS E LEGISLAÇÃO A APLICAR

- a. Para o desenvolvimento do projeto, nas suas várias fases, deverá respeitar-se a legislação em vigor, atender-se às normas existentes para este tipo de edifícios e respeitar-se o programa preliminar.
- b. Deverá atender-se às condicionantes urbanísticas do local, através da consulta do PDM e outros instrumentos de planeamento em vigor.
- c. Cada fase do projeto deverá ser composta dos elementos constantes na portaria nº701-H/2008, de 28 de Julho, aplicável à especificidade do projeto e de todas as especialidades envolvidas no mesmo.
- d. No desenvolvimento do mapa de trabalhos e medições, deverá ser respeitado o disposto no ponto 12 e 13 do Artigo 49º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro.